

**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

**ATA N.º 1**

1. Em 29 de outubro de 2021 reuniu o júri do procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho de técnico superior para as áreas jurídicas dos serviços centrais e desconcentrados do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., autorizado por despacho de 27 de outubro de 2021 do Conselho Diretivo, estando presentes os seus membros efetivos, Sandra Clara Calheiros Mendes Marques, como presidente, Sofia Gonçalves Henriques Fernandes e Teresa Maria dos Santos Silva Martins, como vogais, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.1. Fixar os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, bem como a grelha classificativa e o sistema de valoração final, incluindo a respectiva fórmula classificativa.

1.2. Elaborar: Prova escrita de conhecimentos e respectivos critérios de avaliação e classificação (Anexo A), as fichas de avaliação curricular (Anexo B) e da entrevista profissional de selecção (Anexo C), que se juntam à presente ata e da qual fazem parte integrante.

2. Relativamente ao ponto 1.1. o júri deliberou adoptar os seguintes critérios:

2.1. De acordo com o aviso de abertura do concurso, para os candidatos que não detenham afinidade de conteúdo funcional com o posto de trabalho que se visa preencher, será utilizado, como método de selecção obrigatório e de carácter eliminatório, a prova escrita de conhecimentos, bem como o método de selecção complementar, entrevista profissional de selecção.

2.2. O ordenamento final dos concorrentes será expresso de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = 70\% * PEC + 30\% EPS$$

Em que:


**CF** = Classificação final;

**PEC** = Prova escrita de conhecimentos;

**EPS** = Entrevista profissional de selecção

**3. Prova escrita de conhecimentos**

a) Tendo em consideração o estabelecido no aviso de abertura do procedimento concursal a publicar na BEP, a PEC visa avaliar se e em que medida os candidatos dispõem dos



**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

conhecimentos técnicos necessários ao exercício da função, sendo ponderada com a percentagem de 70% no total dos 2 métodos;

- b) A prova assume forma escrita e individual, será realizada de forma ininterrupta e aplicada simultaneamente a todos os concorrentes, com consulta;
- c) A prova assume a natureza de teste de escolha múltipla, com 15 questões e 3 respostas para cada questão, das quais apenas uma está correta e será valorada de acordo com grelha anexa e 2 questões para desenvolvimento no máximo de 10 linhas com uma valoração de 2,5 pontos cada;
- d) A prova tem carácter eliminatório quando a pontuação obtida pelo candidato seja inferior a 9,5 valores e será valorada de 0 a 20 valores.
- d) As temáticas sobre que incidirão as questões são as constantes do aviso de abertura de concurso publicitado na BEP.
- e) A estrutura e o conteúdo da prova bem como os critérios de correção, avaliação e valoração constam do anexo A à presente ata, não podendo ser divulgados até à sua realização.

4. De acordo com o aviso de abertura do procedimento concursal, para os candidatos inseridos na carreira e que detenham afinidade de conteúdo funcional com o posto de trabalho que se visa preencher, serão utilizados, como métodos de selecção obrigatórios e de carácter eliminatório a avaliação curricular e o método complementar entrevista profissional de selecção.

4.1. O ordenamento final dos concorrentes será expresso de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = 70\% * AC + 30\% EPS$$

Em que:

**CF** = Classificação final;

**AC** = Avaliação Curricular;

**EPS**= Entrevista profissional de selecção

5. **Avaliação curricular** – O júri deliberou atribuir uma ponderação de 70% a este método de selecção, o qual visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

5.1. Na avaliação curricular serão considerados e ponderados de acordo com as exigências do posto de trabalho e numa escala de 0 a 20 valores os seguintes parâmetros:

- a) A habilitação académica de base (HA);

**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes,**  
I.P.

- b) A formação profissional, (FP) em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área de actividade do posto de trabalho;
- c) A experiência profissional, (EP) em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade inerente ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, bem como o desempenho de tarefas relevantes, com avaliação da sua natureza e duração;
- d) A avaliação de desempenho (AD) relativa aos últimos 3 anos em que o candidato cumpriu ou executou actividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar, seguidos ou interpolados. No caso de o candidato não deter as 3 avaliações será feita a respectiva proporção. No caso de não deter nenhuma avaliação no exercício daquelas funções o júri suprirá a falta da mesma por adequada ponderação curricular.

5.2. A nota final da avaliação curricular é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + FP + 2* EP + AD}{5}$$

Em que:

AC = Avaliação curricular

HA = Habilitações académicas

FP = Formação profissional

EP = Experiência profissional

AD = Avaliação do Desempenho

**5.2.1. Habilitações Académicas:**

No factor habilitações académicas, o júri deliberou considerar a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida, do modo como abaixo se indica:

Habilitação superior a licenciatura	20 valores;
Habilitação igual a licenciatura	18 valores.

**5.2.2. Formação Profissional:**

Na formação profissional será considerado o número de acções ou cursos de formação, frequentadas pelos candidatos, directa e indirectamente relacionadas com as áreas funcionais postas a concurso e desde que devidamente comprovadas. A formação que não tenha qualquer interesse directo ou indirecto com as áreas funcionais postas a concurso não serão consideradas.

A formação profissional (directamente e indirectamente relacionada) com as áreas funcionais postas a concurso é pontuada até ao **limite de 20 valores**, de acordo com a seguinte fórmula:

24  
24

**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

- Até 5 cursos ou acções de formação – 5 valores;
- 5 a 10 cursos de formação – 10 valores;
- 10 a 15 cursos de formação – 15 valores;
- Mais de 15 cursos de formação – 20 valores.

**5.3. Na Experiência Profissional (EP)** deliberou o júri avaliar, como critérios, a natureza e a duração do desempenho efectivo de funções na área do posto de trabalho para o qual é aberto o presente procedimento concursal, de acordo com as condições preferenciais referidas no aviso de abertura do concurso, bem como o desempenho de tarefas que o júri considere relevantes por constituírem uma mais-valia para o exercício da actividade.

**5.3.1. Natureza e Duração da Experiência (NDE)** – Neste critério avaliar-se-á, para cada referência, a **experiência profissional** entendida como tal a que corresponder ao exercício de funções técnico-jurídicas nas áreas de actividade funcional correspondente ao posto de trabalho a cuja referência se candidata, apoiada como medida no factor tempo, contado em anos completos e até 18 valores, de acordo com a seguinte tabela:

- Igual ou inferior a 3 anos – 10 valores;
- Mais de 3 e até 10 anos – 14 valores;
- Mais de 10 e até 18 anos – 16 valores;
- Mais de 18 anos – 18 valores.

**5.3.2. Desempenho de Tarefas Relevantes (DTR)** – Neste critério deliberou o júri atribuir no máximo 2 valores, aos candidatos que tenham desenvolvido tarefas consideradas relevantes, designadamente que possuam experiência nas áreas específicas de cada referência, designadamente as seguintes:

**Referência A) – 2 vagas para o GJC** - Transposição de normativos da União Europeia e experiência em contencioso; Elaboração de projetos de lei e regulamentos e emissão de pareceres jurídicos;

**Referência B) – 2 vagas para a DSRJE** – Elaboração de projetos de lei e regulamentos e elaboração de informações de carácter técnico-jurídico na área de competências da DSRJE;

**Referência C) – 3 vagas para a DSAR** - Instrução e emissão de pareceres no âmbito de processos de contratação pública; Elaboração de informações de natureza técnico-jurídica na área da gestão de recursos humanos;

**Referência D) – 2 vagas para a DSFC** - Instrução de processos de contraordenação e elaboração de informações de natureza técnico-jurídica na área de competências da DSFC.

**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

A pontuação da **Experiência Profissional** – no máximo, 20 valores – será a que resultar do somatório das pontuações obtidas nos dois critérios considerados (**EP = NDE + DTR**)

**5.4. Avaliação de desempenho (AD)** – Neste parâmetro serão consideradas as 3 últimas avaliações obtidas no exercício da actividade idêntica à do posto de trabalho, sendo as mesmas, se só qualitativas, classificadas do seguinte modo:

a) Lei n.º 10/2004, de 22 de Março e Decreto-Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio:

- Excelente – 20 valores;
- Muito Bom – 16 valores;
- Bom – 12 valores;
- Necesita desenvolvimento - 4 valores;
- Insuficiente – 0 valores.

b) Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro:

- Excelente – 20 valores;
- Relevante – 16 valores;
- Adequado – 12 valores;
- Inadequado – 0 valores.

**5.4.1.** No caso de não ter 3 avaliações a classificação final será proporcional ao número de anos avaliados.

**5.4.2.** A classificação final da avaliação, se quantitativa, será convertida da escala de 1 a 5 para a escala de 1 a 20 de acordo com tabela constante do Anexo D.

**5.5.** Para os candidatos que não detenham avaliação de desempenho a nota da mesma será substituída pela classificação obtida através de adequada ponderação curricular (**PC**), de acordo com a seguinte fórmula final e critérios:

$$PC = \frac{HL + FP + EP}{3}$$

3

Em que:

PC = Ponderação Curricular;


HL = Habilitação literária;

FP = Formação profissional;

EP = Experiência profissional

Critérios:

Habilitações literárias:



**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

- Licenciatura 12 valores;
- Superior a Licenciatura 18 valores,

**Formação profissional:**

- Frequência de formação profissional adequada ao exercício de funções nos últimos 2 anos – 18 valores;
- Sem frequência de formação adequada ao exercício de funções nos últimos 2 anos – 12 valores.

**Experiência Profissional:**

- Experiência profissional igual ou superior a 5 anos na área de actividade do posto de trabalho – 18 valores;
- Experiência profissional inferior a 5 anos na área de actividade do posto de trabalho – 12 valores.

**6. Entrevista profissional de selecção** – Considerando o disposto no aviso de abertura será aplicado aos candidatos aprovados nos métodos de selecção anteriormente referidos, o método complementar, entrevista profissional de selecção. Este método será ponderado com 30% no conjunto dos 2 métodos.

**6.1.** Relativamente aos critérios aplicáveis à entrevista profissional de selecção o júri deliberou o seguinte:

A entrevista profissional de selecção será organizada de modo a que cada candidato disponha de um período de aproximadamente 15/20 minutos para a realização da respectiva entrevista. Serão apreciados os seguintes factores/parâmetros: capacidade de expressão e fluência verbais, motivação e interesse, Capacidade de adaptação sócio-profissional e qualidade da experiência profissional. O júri deliberou valorar cada um deles em níveis, conforme o disposto no n.º 5 e 6 do art.º 9.º da Portaria n.º 125-A/2019: **Nível Insuficiente - 4 valores, Nível Reduzido – 8 valores, Nível Suficiente - 12 valores, Nível Bom - 16 valores, Nível Elevado – 20 valores**, resultando a classificação final da entrevista da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um daqueles parâmetros.

**6.2.** Cada um dos parâmetros acima mencionados será considerado nas aceções a seguir apresentadas, compreendendo cinco níveis de hierarquização, de modo a diluir aspectos menos objectiváveis da entrevista, correspondendo às valorizações abaixo descritas.

**Capacidade de expressão e fluência verbais:**

Considerará a corrente de pensamento manifestada através da linguagem oral no sentido de caudal, rigor técnico, riqueza de vocabulário, transparência e originalidade de ideias,

**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

organização e sequência lógica de raciocínio, para além de boa capacidade de análise e interpretação das questões e sentido crítico.

**Nível Elevado**

Elevada qualidade de expressão e fluência verbais manifestadas através da utilização de vocabulário rico e de grande rigor técnico, da transmissão muito clara de um ponto de vista e de grande capacidade de análise e interpretação das questões e de articulação e expressão das ideias em exposição.

**Nível – Bom**

Boa capacidade de análise e interpretação das questões, com sentido crítico e qualidade de expressão e fluência verbais manifestadas através da utilização de um bom vocabulário, com rigor técnico, da transmissão clara de um ponto de vista e de boa capacidade de articulação das ideias em exposição.

**Nível – Suficiente**

Expressão e fluência verbais manifestadas através da utilização de vocabulário apropriado, sem grande rigor técnico, da transmissão clara de um ponto de vista e de razoável capacidade de articulação das ideias em exposição.

**Nível – Reduzido**


Sem grande qualidade de expressão e fluência verbais manifestadas através da utilização de vocabulário corrente, com pouco rigor técnico, da transmissão pouco clara de um ponto de vista e alguma dificuldade na articulação das ideias em exposição.

**Nível – Insuficiente**

Deficiente qualidade de expressão e fluência verbais manifestadas através da utilização de vocabulário muito pobre, sem rigor técnico, de dificuldades claras na transmissão de um ponto de vista e de total incapacidade na articulação das ideias em exposição.

**Motivação e interesse:**

Neste fator serão correlacionadas as motivações dos candidatos face ao conteúdo e exigências do cargo em que se inserirão. Considerar-se-á o empenhamento em uma adequada realização profissional, tendo em conta a sua preparação académica e a sua formação profissional, que sejam pressupostos de garantia de uma maior adaptação às novas funções do lugar a prover, bem como o contributo que entende poder dar à instituição a que se candidata.



**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

**Nível – Elevado**

Posse inequívoca de elevada direção e intensidade vocacional, demonstrando razões e interesses lógicos e múltiplos pelo lugar posto a concurso, bem como apresentação de contributos de inequívoca utilidade para a instituição.

**Nível – Bom**

Posse de muito bom empenhamento e intensidade vocacional, demonstrando razões lógicas e grande interesse pelo lugar posto a concurso, bem como apresentação de contributos úteis para a instituição.

**Nível – Suficiente**

Posse de bom empenhamento e intensidade vocacional, demonstrando razões aceitáveis e razoável interesse pelo lugar posto a concurso e não apenas razões pessoais.

**Nível – Reduzido**

Posse de algum empenhamento e intensidade vocacional, demonstrando pouco interesse ou razões meramente pessoais e negativas (por exemplo: desejar apenas o ingresso na carreira ou na instituição) pelo lugar posto a concurso.

**Nível – Insuficiente**

Posse de inequívoca desmotivação e desinteresse pelo lugar posto a concurso.

**Capacidade de adaptação sócio-profissional:**

Considerar-se-á a capacidade relacional dos candidatos em particular para o trabalho em conjunto e/ou equipa e a sua integração nos objectivos e ambiente da organização e/ou posto de trabalho. Apreciar-se-á a aptidão ou a faculdade de adequação e harmonização a uma função com um maior grau de responsabilidade, e a adaptação a métodos de trabalho diferenciados.

**Nível – Elevado**

Posse inequívoca de extraordinárias qualidades relativas à capacidade de integração numa nova organização e/ou posto de trabalho, adaptação a novos tipos de relações interpessoais e a diferentes e mais exigentes métodos de trabalho e responsabilidades.

**Nível – Bom**

Posse de muito boas qualidades relativas à capacidade de integração numa nova organização ou posto de trabalho, adaptação a novos tipos de relações interpessoais e a diferentes e mais exigentes métodos de trabalho e responsabilidade.



**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

**Nível – Suficiente**

Posse de algumas qualidades relativas à capacidade de integração numa nova organização ou posto de trabalho, adaptação a novos tipos de relações interpessoais e a diferentes e mais exigentes métodos de trabalho e responsabilidades.

**Nível – Reduzido**

Alguma dificuldade de integração numa nova organização ou posto de trabalho, difícil adaptação a novos tipos de relações interpessoais e a diferentes e mais exigentes métodos de trabalho e responsabilidades.

**Nível – Insuficiente**

Sem capacidade de integração numa nova organização ou posto de trabalho, nem revelando qualquer capacidade de adaptação a novos tipos de relações interpessoais e a diferentes e mais exigentes métodos de trabalho e responsabilidades.

**Qualidade da experiência profissional:**

Este factor considerará o nível de desenvolvimento e a variedade de conhecimentos profissionais apreendidos no exercício efectivo das funções desempenhadas anteriormente, bem como a sua utilidade e relevância para o exercício das funções correspondentes aos lugares postos a concurso.

**Nível – Elevado**

Grande variedade, profundidade e riqueza de experiências em actividades relevantes para o exercício das funções, conjugada com conhecimentos profissionais aprofundados, permitindo prognosticar elevada capacidade de adaptação às funções correspondentes aos lugares postos a concurso;

**Nível – Bom**

Variedade e profundidade de experiências em actividades relevantes para o exercício das funções conjugada com bons conhecimentos profissionais, permitindo prognosticar grande capacidade de adaptação às funções correspondentes aos lugares postos a concurso;

**Nível – Suficiente**

Experiência em actividades relevantes para o exercício das funções conjugada com conhecimentos profissionais úteis, permitindo prognosticar alguma capacidade de adaptação às funções correspondentes aos lugares postos a concurso;

**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

**Nível – Reduzido**

Pouca experiência em actividades relevantes para o exercício das funções, não aprofundada, conjugada com alguns conhecimentos profissionais, mas não permitindo prognosticar uma adequada capacidade de adaptação às funções correspondentes aos lugares postos a concurso;

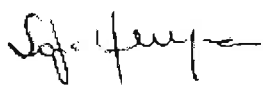
**Nível – Insuficiente**

Experiência pouco variada e não aprofundada conjugada com escassos conhecimentos profissionais, não permitindo prognosticar qualquer capacidade de adaptação às funções correspondentes aos lugares postos a concurso.

7. No cálculo dos valores quer dos métodos de selecção, quer final, o júri decidiu considerar para além dos valores inteiros, um limite máximo de dois dígitos, com arredondamento até às centésimas.
8. Por último, o júri deliberou não criar critérios de desempate em caso de igualdade de classificações, para além dos definidos no art.º 27.º da Portaria n.º 125-A/2019.
9. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos elementos presentes.

**O Júri**

  
\_\_\_\_\_  
Sandra Clara Calheiros Mendes Marques

  
\_\_\_\_\_  
Sofia Gonçalves Henriques Fernandes

  
\_\_\_\_\_  
Teresa Maria Silva Martins

Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

(Anexo B)

### Ficha de Avaliação Curricular

NOME: \_\_\_\_\_

#### 1. Habilitações Académicas (HA)

Superior a licenciatura

20 valores

Licenciatura

18 valores

Total \_\_\_\_\_ valores

#### 2. Formação Profissional (FP)

Formação directamente e indirectamente relacionada com a área para que é aberto o concurso

- Até 5 acções ou cursos de formação:

5 valores;

- 5 a 10 cursos de formação:

10 valores;

- 10 a 15 cursos de formação:

15 valores;

- Mais de 15 cursos de formação:

20 valores.

Total: \_\_\_\_\_ valores

#### 3. Experiência Profissional (EP) - Máximo 18 valores

Natureza da Experiência	Duração				Total
	Igual ou inferior a 3 anos (10 valores)	Mais de 3 e até 10 anos (14 valores)	Mais de 10 e até 18 anos (16 valores)	Mais de 18 anos (18 valores)	
Exercício de funções no âmbito da assessoria jurídica, instrução de processos, análise de pareceres, elaboração de informações, estudos e pareceres, resposta a requerimentos, reclamações e recursos, elaboração de projetos de diplomas, regulamentos, circulares ou outros documentos de natureza normativa, ou minutas de procedimentos internos. Elaboração e acompanhamento técnico-jurídico no âmbito da contratação pública: realização de procedimentos aquisitivos e respetiva tramitação. Elaboração de relatórios.					

Total \_\_\_\_\_ valores

2p  
dy

**Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.**

**Desempenho de Tarefas Relevantes (DTR)**

- Experiência nas áreas específicas referidas no ponto 5.3.2. da presente ata  2 valores;

**Total \_\_\_\_\_ valores**

(EP = NDE + DTR) EP = + = valores

**4 Avaliação de Desempenho**

$$\frac{A1 + A2 + A3}{3} = AD = \underline{\hspace{2cm}}$$

**5 Ou Ponderação Curricular (PC)**

- Habilitação literária de grau superior a licenciatura  **18 valores**
- Habilitação literária de grau igual a licenciatura  **12 valores**
- Frequência de formação profissional adequada ao exercício de funções com duração superior a 90 horas nos últimos 2 anos, ou inferior a 90 horas  **18 valores**
- Sem frequência de formação adequada ao exercício de funções nos últimos 2 anos  **12 valores**
- Experiência profissional igual ou superior a 5 anos na área de actividade do posto de trabalho  **18 valores**
- Experiência profissional inferior a 5 anos na área de actividade do posto de trabalho  **12 valores**

$$PC = \frac{HL + FP + EP}{3} = \frac{\hspace{2cm}}{3} = \underline{\hspace{2cm}}$$

**6 Avaliação Curricular (AC)**

$$AC = \frac{HA + FP + 2 EP + AD/PC}{5}$$

$$AC = \frac{\hspace{2cm}}{5} = \underline{\hspace{2cm}} \text{ valores}$$

O Júri

Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

JP  
14

(Anexo C)

Entrevista Profissional de Seleção

Nome \_\_\_\_\_

Factores	Presidente	1.º Vogal	2.º Vogal	Nível	Valoração
Capacidade de expressão e fluência verbais					
Motivação e Interesse					
Capacidade de adaptação sócio-profissional					
Qualidade da experiência profissional					
Classificação quantitativa =					

Resumo dos Assuntos Abordados: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Fundamentação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O JÚRI

tm

2p  
du

Procedimento concursal para preenchimento de nove postos de trabalho da carreira de técnico superior jurista do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

(ANEXO D)

TABELA DE CONVERSÃO DE VALORES DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Escala de 1 a 5 valores	Escala de 1 a 20 valores
5,000	20
4,875	De 19,5 a 19,99
4,750	De 19 a 19,49
4,625	De 18,5 a 18,99
4,500	De 18 a 18,49
4,375	De 17,5 a 17,99
4,250	De 17 a 17,49
4,125	De 16,5 a 16,99
4,000	De 16 a 16,49
3,875	De 15,5 a 15,99
3,750	De 15 a 15,49
3,625	De 14,5 a 14,99
3,500	De 14 a 14,49
3,375	De 13,5 a 13,99
3,250	De 13 a 13,49
3,125	De 12,5 a 12,99
3,000	De 12 a 12,49
2,875	De 11,5 a 11,99
2,750	De 11 a 11,49
2,625	De 10,5 a 10,99
2,500	De 10 a 10,49
2,375	De 9,5 a 9,9
2,250	De 9 a 9,49
2,125	De 8,5 a 8,99
2,000	De 8 a 8,49
1,875	De 7,5 a 7,99
1,750	De 7 a 7,49
1,625	De 6,5 a 6,99
1,500	De 6 a 6,49
1,375	De 5,5 a 5,99
1,250	De 5 a 5,49
1,125	De 4,5 a 4,99
1,000	De 4 a 4,49
0,875	De 3,5 a 3,99
0,750	De 3 a 3,49
0,625	De 2,5 a 2,99
0,500	De 2 a 2,49
0,375	De 1,5 a 1,99
0,250	De 1 a 1,49
0,125	De 0,5 a 0,99
0,00	De 0 a 0,49